

## Políticas sindicais para gênero e diversidade sexual Entrevista com Juçara Maria Dutra Vieira<sup>1</sup>

Teachers union's policies on gender and sexual diversity

*Políticas sindicais para género y diversidad sexual*

Márcia Ondina Vieira Ferreira – Universidade Federal de Pelotas

Luciano Pereira dos Santos – Universidade Federal de Pelotas

Márcia Cristiane Völz Klumb Coronel – Universidade Federal de Pelotas

Andréia Orsato – Instituto Federal Sul-Rio-Grandense

### RESUMO

A entrevista com a sindicalista aborda, primeiramente, aspectos de sua trajetória educacional, profissional e militante, de forma a compreender o que a conduziu ao ativismo sindical e ao feminismo. Em seguida, apresenta relato sobre as elaborações sindicais - especialmente da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação (CNTE) e da Internacional da Educação (IE) - referentes a questões de gênero e de diversidade sexual, finalizando com análise dos enfrentamentos que vêm ocorrendo em torno da elaboração de políticas públicas a respeito desses temas.

**Palavras-chave:** gênero; diversidade sexual; sindicalismo docente; feminismos.

### ABSTRACT

The interview underlines the educational, professional and activist trajectory of the unionist, in order to understand what led her to union activism and feminism. It presents an account of the *Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação* (CNTE) and of the Education International elaborations on gender and sexual diversity. Finally, it analyzes the struggles over the public policy on these issues.

**Keywords:** gender; sexualities; teacher's unionism; feminisms.

### RESUMEN

La entrevista con la sindicalista pone de relieve, en primer lugar, aspectos de su trayectoria educativa, profesional y militante, de forma a comprender los caminos que la llevaron al activismo sindical y al feminismo. A continuación, presenta relato sobre los debates de organizaciones sindicales - especialmente la *Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação* (CNTE) y la Internacional de la Educación - referentes a género y diversidad sexual, concluyendo con análisis de los enfrentamientos que vienen ocurriendo en torno a elaboración de políticas públicas respecto a eso.

---

<sup>1</sup> Trabalho realizado com aporte financeiro do CNPq, sob forma de auxílio à pesquisa e bolsa de produtividade.

**Palabras-clave:** gênero; sexualidades; sindicalismo docente; feminismos.

Doutora em Educação pela UnB, com tese na área de políticas públicas, a Prof<sup>a</sup> Juçara Maria Dutra Vieira foi a única mulher a ser presidente na história da CNTE, fato que ocorreu durante duas gestões (2002/2005 e 2005/2008). Para se ter uma ideia de que isso representa, basta explicitar que a Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação está composta por 50 organizações sindicais do ensino básico (de redes municipais, estaduais e, inclusive, da rede federal), agrupando mais de 1.000.000 de sindicalizadas/os<sup>2</sup>.

Foi durante sua primeira gestão que a CNTE transformou a Secretaria da Mulher em Secretaria de Gênero, dando maior amplitude aos debates necessários sobre gênero e orientação sexual. Uma das consequências dessa nova perspectiva foi a criação da Revista *Mátria*, em 2003, que sai todo dia 8 de março, com matérias conceituais e de divulgação sobre gênero, sexualidade e questões LGBT.

Em junho deste ano a Prof.<sup>a</sup> Juçara concedeu uma longa entrevista a componentes do grupo de pesquisa Processo de Trabalho Docente (UFPEL), envolvendo aspectos da história do CPERS/SINDICATO, de sua trajetória pessoal e de debates realizados, no meio sindical em educação, sobre questões de gênero e de diversidade sexual. Ela também ingressa no tema das identidades docentes conforme as lutas concretas e o desenvolvimento das discussões travadas por dentro das entidades sindicais, bem como vai traçando os caminhos que essas foram percorrendo no sentido de atualizar seus posicionamentos, incorporando a necessidade de elaborar políticas para a formação docente e para a atenção à diversidade. Busca igualmente contribuir com a análise das vozes das mulheres em organizações criadas para ser palco de atuação masculina:

E vejo que, então, produzir um sujeito mais coletivo é muito mais constante do que você produzir um líder que depois pode não se repetir. Penso que isso é uma grande contribuição das mulheres ao movimento porque conseguem dar conta das suas insuficiências trabalhando de forma mais coletiva. Claro, nenhuma está imune e isenta das disputas ideológicas (...).

Mas ela igualmente reflete, com a forma sincera que muitas mulheres usam para reconstruir suas trajetórias, a respeito das redes de companheirismo tecidas e sobre os receios quanto a suas potencialidades, lembrando a máxima de Bourdieu, para quem, de modo geral, “as mulheres tendem menos do que os homens a se atribuir as competências legítimas” (1995, p. 147).

Contudo, a julgar pelos vários e importantes espaços ocupados por Juçara em sua história de vida, ela não restringiu suas potencialidades em função de representações majoritárias de gênero, limitadoras das possibilidades das mulheres.

<sup>2</sup> <<http://www.cnte.org.br/index.php/institucional/a-cnte.html>>. Acesso em: 08 set. 2017.

Na sequência apresentamos uma parcela da rica discussão travada com a professora e sindicalista.

M.O.: Convidamos a professora Juçara Dutra Vieira para esta entrevista em função da sua experiência em diversos campos do sindicalismo docente. Nós temos um foco, que é: em que medida o movimento docente da educação básica – e estamos usando movimento docente no lugar de movimento de trabalhadoras/es da educação porque o âmbito de nosso grupo de pesquisa é o âmbito do trabalho docente – vem expressando, nas últimas décadas, mobilizações mais amplas de mulheres, de coletivos que pleiteiam o tema da diferença, como a população LGBT? Nós percebemos que tanto no âmbito da CNTE quanto de muitíssimos sindicatos ligados à CNTE existem articulações a respeito, mesmo que sejam diferenciadas do ponto de vista da sua amplitude, do seu alcance. Por outra parte, Juçara participou da Internacional da Educação, que vem trabalhando e orientando os sindicatos e as confederações filiadas para que atuem sobre isso. Então, esse é o nosso foco geral: as políticas sociais para mulheres e pessoas LGBT e a ligação disso com as políticas sindicais. Mas, Juçara, primeiramente, gostaríamos que explicitasses alguns dados pessoais: formação, locais e níveis onde lecionaste, cargos sindicais etc., para que possamos conhecer tua trajetória.

J.: Primeiro, quero agradecer esta oportunidade de conversar com vocês. É sempre algo intelectualmente e emocionalmente rejuvenescedor, conversar e tratar de alguns temas que às vezes nós não tratamos muito no cotidiano. Eu sou professora há 47 anos, me aposentei na rede pública no final de 2014, com 44 anos de magistério, alguns anos concomitantemente fui professora também no ensino superior, em Vacaria, numa extensão da Universidade de Caxias, que agora é um campus. E a minha formação: professora primária - comecei como professora primária em 1970 -; formação em Letras, fui professora de Letras, em geral, em cursos de Letras, Pedagogia, Direito, mas quando vim para Porto Alegre nos anos 1990, mais precisamente em 1993, eu tive que desistir da Universidade. E no movimento sindical acabei me interessando e me dedicando a algumas temáticas educacionais, de sorte que, quando eu estive na CNTE, resolvi fazer um mestrado não na área de Letras, porque achei que não voltaria mais à docência em Letras, mas na área de Educação. Aí eu fui fazer mestrado na UnB depois que eu fui presidente da CNTE...

M.O.: Depois de 2008, então.

J.: Exatamente em 2008 eu comecei. Eu fiz as cadeiras durante um ano. Quando fui apresentar o projeto, a banca me indicou para o doutorado e fez diretamente o doutorado. Meu doutorado é em políticas públicas da educação, mais

especificamente da educação básica, e minha tese foi sobre o piso salarial (VIEIRA, 2012), mas na perspectiva de verificar qual foi o papel que os partidos políticos exerceram na aprovação da lei do piso por meio das emendas que apresentaram. Fechando o parêntese: eu iniciei a docência em Cacique Doble e São José do Ouro, que são pequenos municípios próximos de Passo Fundo, e ao final dos anos 1970 fui morar em Vacaria, onde fiz pós-graduação e depois comecei a trabalhar no ensino superior. E nesse ínterim, estando em Vacaria, eu praticamente ali iniciei minha militância sindical, mas com outra origem. Como eu era professora incentivava a parte cultural, a gente tinha grupo de teatro, tinha grupo de leitura, enfim... Então eu vim de outra, de outra sensibilidade por assim dizer, para o movimento sindical. Fui diretora do Núcleo em Vacaria de 87 a 93, continuava sendo professora da Universidade e depois, em 93, vim para Porto Alegre na gestão do professor Paulo Egon no CPERS e fiquei aquelas gestões e acabei depois sendo presidente do CPERS, de 99 a 2005, durante duas gestões. Durante um período fui concomitantemente presidente da CNTE e do CPERS. Foi um período muito pesado da minha militância. Lembro que houve um ano em que tive apenas seis domingos livres para passear e não tinha o que fazer nem em relação ao CPERS nem em relação à CNTE! Então fiquei duas gestões em Brasília, como presidente, de 2002 a 2005, depois de 2005 a 2008, mas eu passei também por várias secretarias. Quando eu iniciei, em 1995, fui secretária de assuntos educacionais, depois de relações internacionais, depois fui vice-presidente, depois presidente e, quando saí da presidência e fui estudar na UnB, eu assumi a tesouraria porque o então presidente, professor Roberto Franklin de Leão, me deu liberdade para organizar a Escola de Formação da CNTE, que se chama ESFORCE e cujo produto mais importante é a Revista Retratos da Escola. Como presidente, eu não conseguia dar conta dessa demanda, mas, depois que saí da presidência, foi possível trabalhar. Também, enquanto eu estava na CNTE, comecei a participar da Internacional da Educação, em 2004, num Congresso que aconteceu aqui em Porto Alegre. Os Congressos Internacionais são cada vez em um continente, era para ser na América Latina, mais especificamente na América do Sul, e foi em Porto Alegre naquele ano. Eu ingressei como vice-presidente, fiquei três gestões e durante o período em que estive na vice-presidência fui também presidente do comitê da mulher da Internacional da Educação. Fizemos duas conferências, sistematizamos um pouco melhor o trabalho de gênero na Internacional da Educação. Em 2011, eu ainda estava na Internacional da Educação porque o mandato ainda iria até 2015, mas achei que isso não era incompatível com uma contribuição que prestei à gestão do governador Tarso Genro, mas me afastei da CNTE, entidade sindical nacional. São espaços diferenciados de atuação, então me afastei dos cargos da CNTE, fiquei apenas no conselho e no comitê editorial da Revista e fiquei contribuindo com estudos, com pesquisas, com textos, com reflexões para a CNTE, mas saí da diretoria porque achei que eram atribuições incompatíveis.

Então hoje, eu me organizo melhor, no momento estou fazendo uma leitura dos questionários que a CNTE... Eu havia elaborado um questionário voltado para a saúde do profissional da educação. Eu apliquei o questionário. Como mudou de gestão, eu não sabia o que a nova diretoria iria fazer, se iriam contratar alguém, o DIEESE, enfim. Isso foi em janeiro. Quando foi em abril, eu perguntei: e os questionários? "Os questionários, não sei, você não está trabalhando neles?" Eu disse: "não, ninguém me autorizou, mas eu vou lá buscar, então". Então comecei, eu estou processando ainda, fazendo de uma forma muito artesanal, porque eu mesma leio e anoto as respostas, porque na leitura também já vou cruzando os dados...

M.O.: Quantos são?

J.: São poucos, são uns 700, 762 [risos], 762, mas, como para cada pergunta eu subdividi em oito, eu separei homens, mulheres e depois professor, funcionário, especialista e uma categoria que chamei de multiprofissional, porque é funcionário e também é professor, é professor, mas também é especialista. Então está dando bastante trabalho, mas já avancei bastante na tabulação dos dados. Comecei agora na parte específica da saúde mesmo e espero concluir porque vou apresentar na CNTE em agosto. Vamos fazer um seminário e vou apresentar. Claro que é uma amostra diferente, a gente tem sobre a saúde uma investigação, aquela da síndrome de *burnout*, que entrevistou mais de 50.000 professores<sup>3</sup>, que a UnB demorou dois anos para processar. Depois tem um trabalho que eu coordenei em dez estados com 4.000 entrevistas, que denominei Identidade Expropriada: Retrato do Educador Brasileiro (VIEIRA, 2004). E agora esse, que é uma amostra de um congresso. São amostras diferentes, mas, no questionário, por exemplo, eu repeti algumas perguntas da síndrome de *burnout* daquela outra investigação e algumas que eu também já tinha investigado, em 2004, para... não para fazer um comparativo, mas para ter alguns elementos para ver se a situação modificou ou não. Estou trabalhando nessa pesquisa, fazendo algumas palestras, tenho muitas relações a partir da minha atividade na CNTE. Então, um dia estou em Lucas do Rio Verde no Mato Grosso, no outro dia estou em Curitiba, enfim, viajo bastante.

M.O.: Não tem nenhum cargo específico?

J.: Não, não tenho, o único vínculo que tenho é com a Revista [Retratos da Escola] e a Escola de Formação, que eu assessoro. Dedico-me às políticas públicas, à questão da valorização profissional, com a qual tenho trabalhado mais, à questão de gênero porque eu também escrevo, eu produzi aquele livro que te mandei o poema,

---

<sup>3</sup> Trata-se de: Codo, 1999.

Ciranda das Loucas (VIEIRA, 2013) e agora estou escrevendo outro, chamado As Faces de Eva. Quero ver se consigo publicar no ano que vem. Enfim, não tenho, assim como vocês têm, a condição de mergulhar numa pesquisa porque paralelamente também tenho a militância. A gente não pode se desvincular totalmente, embora hoje eu faça de uma forma diferente. Não sei se posso fazer um parêntese... Quando a Márcia Ondina falou na categorização, fiquei pensando: eu tenho trabalhado um pouco essa questão da identidade dos profissionais da educação e a gente tem vários conceitos e várias nomenclaturas, inclusive na legislação. Então trabalhamos um pouco essa ideia do trabalhador em educação como um traço de classe, somos todos trabalhadores em educação; na CNTE, fomos chegando a um acordo que até acabou depois se expressando um pouco na legislação, na LDB, no PNE, que é o conceito de profissional da educação, que abrange professores, funcionários, especialistas, desde que habilitados para sua função. Assim, trabalhamos esse conceito de profissional da educação para incluir todos e, evidentemente que dentro desse conceito a figura do professor, do docente, é a que tem se mantido ao longo do tempo. Porque os funcionários, por exemplo, foram evoluindo na medida em que nós começamos a refletir sobre a escola como um espaço educativo, que comporta esse profissional. Enfim, hoje nos dedicamos tanto aos professores como aos funcionários, aos pedagogos em geral, porque também a figura do especialista ficou mais na legislação do que propriamente na sua função na escola.

M.O.: Foi ótima a tua narrativa, porque até eu, que acompanho tua trajetória, não sabia que fazias tantas coisas ao mesmo tempo, achava que foste passando de organização para organização e, na verdade, tu trabalhavas em mais de uma organização ao mesmo tempo.

J.: É verdade.

M.O.: É, pois é, como é que pode né?... [risos]. Tu tens filhos, tens família?

J.: Eu tenho três filhas, a mais velha é da área de Engenharia, é engenheira mecânica, fez uma especialização em engenharia de segurança do trabalho e um mestrado em engenharia ambiental. Ela gosta das engenharias. A outra é professora da rede municipal aqui de Porto Alegre, mora em Canoas, onde é professora da rede, fez pedagogia aqui na UFRGS. Quando nós viemos morar em Porto Alegre, ela estava no ensino médio e a mais nova no ensino fundamental. A mais nova fez Ciências Atuariais e trabalha, ela é fiscal, trabalha na Secretaria da Fazenda. A mais velha está para perder o emprego, porque é concursada na CIENTEC [Fundação de Ciência e Tecnologia do RS]. O governador [José Ivo Sartori, PMDB] decidiu que vai fechar a CIENTEC, mas, por enquanto, ela está lá. E elas sempre foram muito parceiras, muito

independentes. Eu me separei quando estava grávida da última, 1980, morava em Vacaria. Acho que isso impulsionou também a minha luta pelos direitos das mulheres, porque era uma coisa difícil, eu estava grávida, morava numa cidade muito conservadora e tinha muitas relações com o pessoal da Cultura aqui de Porto Alegre, Antonio Holfeldt, Regina Zilbermann, levava todo mundo pra lá e ia para as atividades grávida, cada mês era com um escritor, as pessoas olhavam de forma esquisita, “como é que ela, enfim, não é mais casada, mas arrumou namorado”. Então foi um período muito interessante da minha vida. Defini que não ia me submeter a nenhuma visão preconceituosa, que iria levar a minha vida como achava que tinha que levar e acabei desenvolvendo uma relação muito interessante com a cidade, até hoje, eu participo das atividades lá, tenho muitas relações, também as relações com as minhas alunas, especialmente alunas, do curso de Letras e Pedagogia. Mas também foi um período de muita solidariedade: eu trabalhava no Estado de manhã e, de tarde, trabalhava na universidade duas noites. Muitas vezes chegava em casa, uma vizinha tinha ido buscar as meninas porque uma estava com dor de garganta, enfim, essa coisa de cidade pequena, de solidariedade. Foi uma experiência muito interessante para mim. Depois elas também sempre foram muito independentes: a gente tinha um acordo, que era com o horário. Naquele tempo, não tinha telefone celular, não tinha WhatsApp, não tinha nada, então a gente tinha um acordo: saiu de casa, vai voltar às 5 horas, se não está em casa às 5 horas, entra na casa de alguém, pede o telefone e liga para casa para dizer o que está acontecendo. Então o nosso acordo de limite, que elas eram jovens, adolescentes, crianças, era de a gente ter, cada uma saber da vida da outra, não interferir, mas saber da vida da outra. Foi assim que a gente desenvolveu essa relação familiar. Elas são muito resolvidas. Quando fui presidente do CPERS a primeira vez em 99, a Zero Hora pediu para fazer uma matéria e tirar uma foto com elas. Daí a mais nova disse: “mãe, você não está autorizada a falar nada, tipo assim, a nossa vida é nossa vida e a tua vida política é outra coisa”. Então, elas também são militantes, mas têm seus espaços, construíram suas identidades e as suas relações também.

M.O.: Bom, vamos ver se consigo dar conta de um início de conversa. Porque pensamos em conversar contigo, Juçara? Tu falas em 1999 e em 99. Eu comecei a estudar o sindicalismo docente, coordenei uma primeira pesquisa na qual entrevistamos membros da diretoria do CPERS daquela época. O foco da pesquisa era a identidade do professorado tendo em vista os processos de sindicalização, que é o meu mote desde então. E a única pessoa que comentou algo a respeito da feminização da docência, da especificidade do trabalho docente ser realizado por mulheres, foste tu. Desde então, eu me voltei para a Juçara porque, como nós vimos, a preocupação a respeito das questões de gênero dentro dos sindicatos docentes é pequena ainda, tanto no meio sindical quanto do ponto de vista dos estudos, como

se as questões universais, genéricas, se sobrepusessem a particularidades outras e fossem mais importantes. Desse ponto de vista, é perceptível em tua trajetória, ao mesmo tempo em que acontece a tua participação em algumas instâncias, acontecem outras coisas dentro dessas instâncias, relacionadas a gênero e, também do ponto de vista nacional, acontecem outras manifestações, outros movimentos, outras políticas que provavelmente se retroalimentam, quer dizer, na medida em que nós temos governos que começam a implementar políticas sociais relativas a gênero e diversidade sexual com mais força, especificamente os governos de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Roussef, nós vemos aparecer um resgate mais forte da participação feminina dentro da CUT. Na CNTE, começa uma discussão por algumas mulheres, pelo que podemos acompanhar na Revista *Mátria*, que expressa uma vontade de que essas questões relativas a gênero e diversidade ganhem notoriedade. Então tu falaste da tua implicação com a *ESFORCE*, com a revista *Retratos da Escola*, mas não falaste da criação da *Mátria*, que acho algo bastante significativo. Assim, primeiro tu poderias contar como tu vês esses processos todos, se eles têm alguma implicação ou não, se são coisas que acontecem porque o momento vivido é esse que gera novas expectativas em relação a direitos de mulheres e de outras minorias, e como isso ocorre por dentro das instâncias. Para teres uma ideia, fizemos uma pesquisa em 25 sindicatos filiados à CNTE e vimos a presença de mulheres na presidência e demais cargos e, mais especialmente, sua presença nas secretarias de gênero e diversidade. Resultado: embora haja equivalência entre mulheres e homens tomando-se em consideração a totalidade de cargos, na presidência, prepondera a presença masculina. Quanto às secretarias de gênero, parece que é um lugar, um trabalho de mulher ocupar-se daquilo.

J.: Antes de responder a tua pergunta queria fazer duas leituras, a primeira sobre aquilo que vocês falaram em relação ao CPERS. Vou tentar ser bem breve pra gente voltar a essa questão a partir da CNTE. Quando o CPERS foi criado, ainda era uma associação, era proibida a sindicalização e, se vocês olharem as fotos no salão, as primeiras presidentes do CPERS saíam da secretaria de educação com o consentimento, digamos assim, dos governos, e vinham ser presidentes do CPERS. Isso foi um longo período, o CPERS desenvolveu, eu não quero ser reducionista dizer que foi assistencialismo, que não é bem isso, mas o CPERS foi uma extensão das preocupações sociais das professoras, especialmente. Tanto que, quando a gente chegou aqui em 93, com o Paulo Egon, fechamos um consultório dentário dentro do CPERS, que era o que mobilizava muitas pessoas: eram sócios porque tinha dentista etc. Fechamos porque ele não tinha condições mais de acompanhar a modernidade. Era uma coisa muito sucateada e estava aqui ainda, mas aquilo mostrava como o CPERS foi concebido. Havia luta por valorização profissional, já houve mobilizações nos anos 40, enfim, mas a tônica do sindicato era concorrer meio que paralelamente

ao governo para manter a qualidade de vida das professoras. E aí vem um período que eu tenho como referência: com o professor Hermes Zanetti começa o período de mais politização da entidade. E os homens começam também a surgir. Foram presidentes o Prof. Hermes Zanetti, o Prof. Delmar Steffen, o Prof. Paulo Egon.

M.O.: Acontece concomitantemente com o ingresso das escolas secundárias no CPERS.

J.: Exatamente, com as escolas secundárias, pois aí não eram só as professoras primárias. O que eu penso é que os homens não prosseguiram com o mesmo ímpeto. Eu acho que as mulheres que vieram depois do Paulo Egon – ele foi duas vezes presidente – eu acho que as mulheres conseguiram fazer melhor mediação entre uma visão mais política do sindicato e a valorização profissional. Porque a nossa categoria, especialmente os professores, tiveram muita dificuldade, pela formação, pela cultura – enfim, vocês que investigam conhecem melhor do que eu isso –, de dar um passo em relação à sua afirmação de gênero. Isso se traduz também na resistência a ser sindicato: houve muita resistência, muita gente não queria ser sindicato, queria continuar sendo centro de professores, “como? a gente era centro de professores, virou sindicato. o que é isso? onde vamos parar? vamos nos misturar com os trabalhadores?”... Enfim, houve essa dificuldade.

M.O.: E isso se reflete na quantidade de tempo que o CPERS demorou em se filiar à CUT?

J.: Isso se reflete no tempo que demorou em se filiar; porque a sindicalização foi possível com a Constituição de 88 e, aqui, a de 89 e o CPERS só se filiou quando ele elegeu uma diretoria cutista, que foi aquela do professor Paulo Egon. Mas, para isso, foi necessário criar uma instância no CPERS, que foi o congresso. Porque dificilmente o CPERS se filiaria à CUT se fosse decidido em assembleia geral, onde uma pessoa fala três minutos, faz um discurso eloquente, de três minutos. Então, nós criamos um espaço que é sindical, mas também é formativo: o congresso. Foi necessário criar outro espaço aonde as pessoas vinham preparadas para o debate e assim mesmo tivemos que também fazer uma negociação, com o pessoal que era contra a CUT, de que só valeria a decisão do congresso se fosse referendada em assembleia geral. Aconteceu o congresso, em menos de três meses realizamos a assembleia, no calor da discussão ainda, e, junto com isso, fizemos encontros educacionais, chamamos o Vicentinho, presidente da CUT, para a mesa do encontro educacional. Todo mundo viu que ele não mordida, que era um cara que falava dos interesses da sociedade. Evidentemente que não tinha nenhum compromisso em falar sobre educação; mas essa questão da filiação tardia se deve também a isso.

Então, eu vejo que as mulheres acabaram cumprindo um papel de fazer o debate da política dentro do contexto das lutas corporativas, de falar, de responder mais a essas expectativas.

Agora, falando sobre a questão das lutas da CNTE, eu ingressei na CNTE em 1995. Em 97, o Carlos Abicalil, que era presidente da CNTE, e eu – que fui a secretária de relações internacionais em 97; a gestão era de dois anos, então eu fui secretária de assuntos educacionais dois anos e depois fui de relações internacionais – nós começamos a criar uma agenda na região que nos levou a participar da Internacional de Educação. Fortalecemos essas relações e nesse percurso eu particularmente aprendi muita coisa, muita coisa que eu não tinha consciência. Por exemplo, fui num debate da Internacional há 20 anos e se discutia, nós discutíamos aqui a defesa da educação pública e lá na Internacional se discutia a defesa e a promoção da educação pública. Sabe, então, esses conceitos foram abrindo novas possibilidades para nós. Outro exemplo: a marcha contra o trabalho infantil não estava na nossa agenda, a gente não tratava especificamente disso, mas, em função da IE, nós organizamos, coordenamos aqui no Brasil a marcha contra o trabalho infantil. A questão indígena, nós sempre subestimamos isso. Nós temos dois mil professores indígenas na CNTE, mas a gente não organizava os professores, eram professores e nós não tínhamos proposta para sua especificidade. E essas duas questões, que são as políticas LGBT e a questão de gênero... Nós impulsionamos aqui, por exemplo, as redes de mulheres muito em função da criação da rede de mulheres latino-americana, que foi uma reunião que fizemos em Buenos Aires, com algumas pessoas da IE que eram latino-americanas, uma mexicana e uma argentina. Nós estávamos em dez mulheres quando começamos a rede. Hoje a rede é muito forte, muito consistente. E, na medida em que nós fomos participando, fomos também internalizando as políticas. As nossas primeiras produções sobre LGBT são quase traduções daquilo que era política da IE, que, como mais ampla, mais plural, já tinha mais reflexão. Então, nós começamos a produzir os nossos materiais. Depois, a partir das nossas experiências, mas muito sintonizados com esse debate que se fazia dentro da Internacional – mas também temos disputas lá, porque, como é uma entidade muito grande, também tem interesses privatistas... Quando se começou a falar em PPP – parceria público/privado em educação – havia sindicatos na Internacional que defendiam isso, sindicatos australianos, africanos... Mas, enfim: a nossa participação também nos levou a um protagonismo na defesa da Educação como política pública e financiada pelo Estado, embora muito mais tenhamos aprendido do que talvez pudéssemos ter contribuído. E aí começamos também a investir em materiais, a investir não só nos eventos, em datas, mas em materiais que pudessem transitar nas nossas escolas. E uma coisa interessante, por exemplo, aqui no CPERS, que desde que eu era presidente da CNTE e até agora, a gente tem os Núcleos sob a liderança de várias forças políticas e muitas vezes as forças políticas

resistem a promover atividades que foram decididas por uma gestão com a qual não têm identidade. Mas os materiais sobre LGBT e sobre a questão de gênero transitam em todos os Núcleos; mesmo aqueles que não aproveitam o material do CPERS ou da CNTE para outras lutas, para essas questões eles se referenciam nos materiais da CNTE, indicando, a nosso ver, que ainda existem muitas lacunas e que o material de alguma forma estabelece um diálogo.

M.C.: Professora, eu fiquei interessada quando a senhora diz que a presença constante das mulheres na presidência do CPERS, desde 1996, seria porque elas fariam uma melhor mediação entre as políticas sindicais e os interesses profissionais. Quem seriam essas mulheres que conseguem mediar melhor: participaram de movimentos? que formação tiveram? que contato político elas tiveram? por que se destacaram a ponto de manter-se nos espaços de poder do CPERS muito mais do que os homens?

J.: Muitas têm militância partidária, muitas têm militância no movimento comunitário, nos seus locais de origem. É mais raro ter uma formação ou se dedicar mais a estudos, pesquisas porque, como as mulheres também têm suas múltiplas jornadas, isso é algo que ainda temos que conquistar essa disponibilidade de estar mais atualizada na política, de ter mais tempo para ler, para pesquisar. A gente percebe que há uma dificuldade: quando eu vim para cá, sentimos isso, tanto que convidamos a UFRGS, nos reuníamos semanalmente aqui no CPERS com o pessoal da Universidade, porque sentíamos nossa insuficiência para dar respostas à categoria. Mas, ao mesmo tempo, todo mundo aprendendo meio que “na luta”. O que eu acho que dá certa persistência é que, mesmo com as trajetórias individuais – uma foi candidata à vereadora, outra organizou o bairro, outra enfim... – a construção lá, na escola, no Núcleo, a construção foi mais coletiva. Quando vim para cá em 1993, eu já tinha uma longa caminhada. O nosso Núcleo era muito atuante, a gente fazia debate, debatíamos com os trabalhadores qual era o projeto para o município, enfim, fazíamos debates políticos. Mas eu vim muito receosa: Ai! o que eu vou fazer em Porto Alegre? como eu posso contribuir? me achando com poucas condições. Daí o Paulo Egon me disse: “não, tu podes ir, a gente faz um planejamento estratégico”. E eu fiquei pensando: mas que adianta um planejamento estratégico? eu tenho que ter conteúdo, não adianta eu planejar o que não sei. Enfim, vim muito receosa, achei que era uma grande responsabilidade sair de um Núcleo pequeno e vir para uma direção estadual, mas percebi que o fato de a gente ter uma cultura presidencialista, mas instituir um trabalho mais coletivo, colegiado, eu acho que isso é algo que reforça, que estimula, porque é muito, muito difícil para as mulheres se constituírem politicamente, sindicalmente, por todas essas dificuldades de ter que dividir o tempo, cuidar dos filhos etc. E vejo que, então, produzir um sujeito mais coletivo é

muito mais constante do que você produzir um líder que depois pode não se repetir. Penso que isso é uma grande contribuição das mulheres ao movimento, porque conseguem dar conta das suas insuficiências trabalhando de forma mais coletiva. Claro, nenhuma está imune e isenta das disputas ideológicas, da luta pelo poder, porque é uma luta pelo poder, são espaços de representação, são espaços de poder, mas vejo que não é preciso esperar um tempo para produzir uma liderança nova, carismática, não, as lideranças vão se afirmando também pelo trabalho, por conseguir fazer essa interlocução, não apenas dirigindo uma assembleia, mas chegar numa sala de professores e conseguir conversar e se identificar com a situação da categoria. Acho que a vida tem me mostrado um pouco esse lado do coletivo, de não lutar até a morte pelo espaço, enfim. Mas também tem outro lado que a gente não conseguiu superar, aquela ideia: “ah, o sindicato é um trampolim”. Eu, quando ia às escolas, me diziam isso. Muitas vezes eu tinha que rebaixar o discurso. Dizia: você acha que a gente tem que rasgar o diploma, que para ser um deputado tem que ser advogado, médico? Eu começava por esse lado mais despolitizado, para dizer: da onde saem as lideranças políticas? Saem do movimento estudantil, do movimento comunitário, da luta dos sem terra. Porque não pode sair de dentro da escola? Nós temos muito forte ainda essa questão de professor ser missionário, do apoliticismo. São duas construções ideológicas muito fortes. Então, acho que as mulheres também não ajudaram nesse processo. Acho que tem um lado muito positivo, que é esse lado de uma construção mais coletiva, de outro também uma coisa muito lenta, às vezes cuidadosa demais, às vezes tem que ser um pouco mais ofensivo, porque a realidade está aí, exigindo que a gente tenha uma consciência crítica nas escolas, nas escolas sem partido [risos], precisando ser mais ofensivos.

M.O.: Há uma boa informação que a Andréia pode dar. Quantas mulheres professoras foram candidatas ao legislativo estadual?

A.: É que minha pesquisa de Doutorado (ORSATO, 2013) se centrou numa análise das deputadas estaduais do Rio Grande do Sul, do período de 1951 a 2011. Das 29 mulheres que assumiram mandato para a Assembleia Legislativa neste período, 21 foram ou são professoras. Um número muito grande de mulheres parlamentares que vieram da categoria docente, um achado importante da minha pesquisa.

J.: É verdade, lembro da deputada Suely – tem uma lei com seu nome<sup>4</sup> – a Ecléa Fernandes, a Maria Augusta Feldman, mas tanto as professoras como os

---

<sup>4</sup> Lei 4.585/63, conhecida como Lei Suely (interessantemente identificada apenas como prenome), que “dispõe sobre a contagem do tempo de serviço para o funcionalismo público estadual para fins de aposentadoria”. A deputada Suely de Oliveira (PTB) foi a primeira mulher com assento na Assembleia

professores, que fizeram mandatos e não aderiram à dinâmica da Assembleia e do Congresso, não se reelegeram. O caso mais marcante é o da Constituinte, o pessoal que ficou na Constituinte e na LDB – daqui estava o Hermes Zanetti, mas estava Florestan Fernandes, o Gumerindo Milhomem... – ninguém se reelegeu. Quem ficou lá trabalhando na LDB e não veio todas as semanas para visitar sua base, morreu. Então a educação também não tem esse projeto de poder nos Legislativos. Eu acho que tem que ter para continuar a fazer uma gestão qualificada. Você fez a investigação, não sei se viu quantas não se reelegeram, mesmo as professoras mais dedicadas à própria educação. Também acho que você deve ter visto isso: a resistência das professoras e professores em relação à política é em relação a partidos de esquerda, se não é partido de esquerda, a resistência é muito menor porque não trata de mudança de projeto de sociedade, aí a resistência é menor. Então o que nós percebemos no movimento sindical é isso. Esses dias eu falei: “tem que escrever ‘escola sem partido de esquerda’”. É essa a ideia, não é escola sem partido, é escola sem partido de esquerda, pode ser de outro partido, não tem problema. Penso também que isso dificulta, para aquelas lideranças que têm uma visão mais emancipadora, de ocupar e permanecer nos cargos. Por exemplo, a deputada Maria do Rosário é professora. Mas ela acabou, para o bem e para o mal – porque tem sido dura a vida dela –, ela se construiu mais na defesa dos direitos humanos, não foi propriamente da educação, e isso cria uma turma de seguidores fiéis e adversários cruéis – uma rima, [risos] –, mas aí, claro, o apelo não é educação, mas direitos humanos. A única deputada do Partido dos Trabalhadores. Nós somos desafiados a mudar essa situação.

M.O.: Eu vou fazer um comentário de continuidade à conversa de vocês, pois tua fala me fez lembrar algumas coisas. Há quem diga, na literatura específica, que as mulheres se aproximam da militância em função das relações de companheirismo. Então tu estavas mencionando isso, que a forma de implementar a política de trabalho é uma forma mais coletiva e que vai gerando cotidianamente novas lideranças por meio dessa visão, que é diferente da visão masculina, que escolhe um sujeito. E, de fato, em outras pesquisas nossas – nós entrevistamos muitas pessoas, homens e mulheres da CTERA<sup>5</sup>, do CPERS, do Núcleo de Pelotas –, a gente vê as mulheres contarem sua aproximação do sindicato por conta das relações de companheirismo: foram trazidas pela fulana, fulana disse que ela podia participar, fulana sugeriu seu nome, deram apoio. É algo para a gente pensar. Agora vou fazer uma questão bem objetiva: por que criaram a Revista *Mátria*? O que havia por trás

---

Legislativa do Rio Grande do Sul, tendo sido eleita para seis legislaturas (1950/1974). Anteriormente, a professora fora eleita como vereadora em Pelotas, em 1947 (PINTO, 2014).

<sup>5</sup> Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina.

disso, qual era a pretensão inicial e como é que se desenvolveu o projeto no transcorrer dos anos?

J.: Então, em 1997 foi criada a secretaria da mulher na CNTE<sup>6</sup> e a primeira secretária fez uns fascículos para o dia 8 de março.

M.O.: Quem?

J.: Era a Fátima Silva. Fez uns fascículos muito interessantes, descartáveis. E quanto a mim, uma das coisas que acho que contribuí com a CNTE foi com a política editorial. Quando cheguei lá, em 95, tinha uma revista de capa vermelha que o Monlevade tinha feito. E aí eu comecei a pensar: “nossa, a gente produz tanta coisa, porque não fazemos uns caderninhos?” Não se usava tanto a internet. E sobre a revista, também a gente pensou: “por que não temos um fascículo para o dia 8 de março? por que a gente não tem um material mais permanente, para criar um vínculo melhor com as escolas, fazer um material que as escolas trabalhem no 8 de março mas que permaneça na escola?” Daí veio a ideia da revista. Sobre o nome, foi o setor da publicidade de lá, a Ana Paula Messeder, uma menina que pensava comunicação. Ah, pensamos nomes, ela sugeriu *Mátria*, achamos interessante, ficou *Revista Mátria*. Aí começamos a revista com o seguinte conceito: fazer materiais de leitura da conjuntura, do avanço das lutas, ver um retrato mais nacionalizado, ter uma parte de experiências de vida, uma parte mais didática, para oferecer subsídios para as aulas. Depois, com o tempo, ocorreu-nos fazer as entrevistas nos eventos da Internacional da Educação, de levar jornalistas para já entrevistar as mulheres de vários países e, depois de uns 4 anos e meio da Revista, a gente pensou em fazer um encarte teórico, que talvez algumas não iriam ler, por isso era um encarte, e trabalhamos nessa lógica, de ter uma reflexão mais teórica; de ir atualizando conjunturalmente todos os anos; de ser um material de apoio pedagógico; de ter uma certa abrangência, ou seja, entrevistar pessoal do movimento sindical, de governo, fazendo esse diálogo com as políticas públicas; de ver outras situações no mundo para ver que muitos dos problemas permanecem sendo comuns para o feminismo e para as lutas de gênero. Nós então criamos a secretaria... e, quando fui eleita pela primeira vez presidente, em 2002, fizemos o debate da mudança do nome da secretaria e não foi fácil. O pessoal dizia: “não, secretaria de relações de gênero, esse nome não expressa nada, não tem apelo, é secretaria da mulher”. Mas defendemos secretaria de gênero. Por quê? Por essa questão de conceito, para nós, era importante ampliar e começar a discutir, por exemplo, as questões LGBT, pois conceitualmente, não comportava discutir política LGBT na secretaria da mulher, na

---

<sup>6</sup> Pesquisando as atas da CNTE, encontramos pela primeira vez, na Ata de Posse da Executiva Nacional da CNTE – Biênio 93–95, de 10 de janeiro de 1993, a existência da Secretaria da Mulher Trabalhadora, encabeçada por Lecioni Pereira Pinto.

secretaria das relações de gênero, sim. Então houve grupos que não aceitavam, tinha a secretaria da CUT, que servia como referência: “como que a CUT tem um nome e nós vamos ter outro nome?”. Enfim, levamos até o congresso e ali, no debate político, conseguimos convencer de que a mudança não era uma mudança cosmética, era uma mudança conceitual, assim como a secretaria de aposentados não poderia reunir apenas os aposentados, então “secretaria de aposentados e de assuntos previdenciários”; quer dizer, é o conteúdo da secretaria. Então achamos que a questão de gênero era importante e hoje é muito tranquilo.

M.C.: A senhora pensa que a ascensão das mulheres ao poder sindical tem alguma ligação com o fortalecimento do movimento feminista, com o movimento de mulheres? há alguma influência das mulheres presidentes aqui ou na sua trajetória com o movimento de mulheres?

J.: Eu acho que tem tudo a ver, acho que a ascensão das mulheres tem a ver com as lutas feministas, com as lutas multirraciais, com as lutas ecológicas, porque cria todo um caldo cultural que permite que as mulheres também se sintam parte importante do contexto. Acho que as lutas feministas são muito responsáveis pelo fato de as mulheres se animarem mais a sair do espaço privado para o espaço público. Acho isso fundamental. E vejo também que é a consciência trazida pelos movimentos feministas: de alguma forma, eles mostram que as mulheres têm condição também de exercer seu poder, porque uma das coisas mais desafiadoras para as mulheres é participar dessa disputa pelo poder de forma consciente: “é um exercício de poder e eu tenho as mesmas condições de participar”. Eu acho que a solidariedade, o companheirismo ajuda, mas não deixa de ser uma disputa de poder e acho que o feminismo trouxe esses avanços, sem dúvida nenhuma.

M.C.: E, em sua experiência pessoal, teve algum contato ou com uma leitura feminista ou com movimento de mulheres?

J.: Minha leitura da realidade veio muito permeada pela literatura. Eu conheci primeiro as personagens para depois as teóricas do feminismo, porque acho que a literatura nos traz outra visão da realidade e forma o nosso pensamento de uma maneira muito menos detectável. Então, comecei a ler mais sistematicamente a partir de minha participação no movimento sindical, pelos desafios que a vida me trouxe mesmo, de ter que enfrentar a minha situação, de ter que me separar grávida e ter que assumir essa condição, de ter que enfrentar dificuldades para estudar, enfim, acho que isso me ajudou. Mas a minha formação veio mais pela literatura e só mais tarde fui ler, mais sistematicamente, e participar do movimento feminista.

L.: Professora, eu queria falar um pouco das políticas LGBT nos sindicatos. Então, queria que a senhora contasse como é que começa esse debate, como surge na CNTE?

J.: Essa foi uma política que nós praticamente importamos, entre aspas, da Internacional da Educação. Nós não tínhamos uma secretaria que tratasse dessas questões, as nossas formulações eram assim: num determinado congresso tinha uma resolução sobre igualdade, aí cabia LGBT, cabiam todas as lutas, em defesa dos indígenas, enfim. De uma forma mais estruturada, essa política começa para nós com a nossa vivência na IE, que tinha programa sobre isso, que tinha projeto, que tinha financiamento de projetos, que tinha interlocução, por exemplo, com a UNESCO, até com organismos multilaterais para tratar do tema e, especialmente, porque na IE, quando a gente iniciou nossa participação mais efetiva, o secretário-geral da IE impulsionava muito essa luta, pelo fato de ser homossexual.

L.: Qual era a época, professora?

J.: Nos anos 97, 99 mais ou menos. E na IE não era uma apenas uma política transversal, era uma política central. E aí a gente começou a verificar que tinha pesquisa, material, defesa até, de situações que precisavam ser levadas até a esfera jurídica para resolver, algumas situações em países intolerantes. Eram várias frentes de luta, de afirmação LGBT, mas também de superação das dificuldades e não só as culturais, mas dificuldades legais, para estabelecer alguma política pública em países que nunca quiseram tratar do tema. Então, para ver que essa questão tinha centralidade, que nós não tínhamos aqui. A nossa centralidade na CNTE era a educacional, as políticas sociais, enfim, não era uma política destacada, acho que está correto ser uma política transversal, mas a política transversal dá resultado quando ela está assimilada, não quando... a teoria da curvatura da vara, se a vara está muito vergada para um lado, não adianta você puxar um pouquinho que depois ela volta para o lugar, tem que puxar toda para o outro lado. Então, o que a Internacional nos ensinou, nesse sentido, foi que é preciso ter uma política de choque, pôr em evidência. E procuramos começar a discutir, colocar no programa da CNTE, ter materiais. Aí, já mais recentemente, depois dos anos 2000, no governo Lula, também tem uma transversalidade, daí a necessidade de transformar as políticas do movimento sindical em políticas públicas, porque essa é uma questão estratégica para nós em todas as áreas. Não é que a política pública avança sobre a realidade: quando ela se transforma em política pública é sinal de que a sociedade já andou o suficiente para poder ser uma política pública, mas ao mesmo tempo ela é uma garantia de que se chegou a um patamar para não recuar dele, embora nada seja garantido. Portanto, acho que a nossa fonte foi mesmo a IE, acho que isso criou para

nós as condições de refletir sobre as políticas e, principalmente, acho que o ganho que tivemos nos últimos anos não foi ficar na discussão sindical, o nosso ganho foi conseguir chegar até a escola. Mas você sabe que são políticas difíceis, que culturalmente são ainda muito complicadas para o nosso estado patrimonialista, patriarcal, machista e homofóbico. A vida é dura!

L.: Eu tinha escrito, no roteiro sobre o Brasil sem Homofobia, que é um programa do governo Lula, lançado em 2004, e iria perguntar qual era a interferência de propostas como essa nas políticas da CNTE, como o Brasil sem Homofobia. Posso entender que foi o contrário, que a partir da Internacional isso vem para CNTE e, quando Lula chega ao poder, essas políticas, que já vinham sendo discutidas, influenciam o Brasil sem Homofobia, que tem um braço específico chamado Escola sem Homofobia?

J.: Eu queria ter essa pretensão, sabe! O que eu acho é que muitas coisas do governo Lula, especialmente mais do que do governo Dilma, foram uma transposição do debate da CNTE. Por exemplo, nós temos um curso chamado Profuncionário que você pega a formulação da CNTE e bota dentro do MEC, por quê? Porque nós tivemos o seguinte: uma situação diferenciada, especialmente no segundo governo Lula. O que me parece é que teve um momento em que tivemos um movimento forte, formulador, em que houve uma abertura do poder público e que nós tivemos alguma condição de representatividade para fazer essa ponte, seja no Parlamento, seja na intelectualidade... Se o governo é permeável, mas não tem proposta, as propostas que surgem são de outro campo, porque uma coisa que percebemos, no Brasil nos últimos anos, é que o movimento da educação, os movimentos culturais, enfim, não é apenas a esquerda que tem seus intelectuais orgânicos, a direita também tem e se expressa e formula também e, se você não tem o ator que faz a mediação, também não se concretizam as políticas. Não sei se eu estou correta nisso, sempre acho que não tem uma legislação que puxe a mudança da realidade: a legislação está sempre atrasada em relação à mudança que os setores mais de ponta da sociedade produziram. Mesmo assim, acho fundamental que seja incorporada em políticas públicas. Sempre digo: não foi um general que dormiu e de manhã resolveu instituir o divórcio no Brasil: é porque a minha avó já era separada em 1900 e antigamente, é porque já existia a realidade que a lei acompanha. O que o movimento produziu encontrou essa permeabilidade, não sem conflito, porque a gente sabe que o governo, mesmo o governo Lula, não foi um governo homogêneo, tinha disputas internas na área da Educação.

Como governante o presidente Lula era uma figura muito aberta. Lembro que uma vez a gente foi discutir uma lei. Ele achava que não, depois que sim. Ele disse: "ah, o dia em que eu assinar essa lei, eu vou te chamar". Um dia eu estava indo para

Taquara e me disseram: “olha, o presidente Lula quer falar contigo”. Eu achei que poderia ser uma pegadinha, mas parei o carro. Ele disse: “Eu “tô” telefonando para dizer que aquela lei lá que eu ia te chamar, não te chamei porque eu tenho que viajar e venceu o tempo, mas eu assinei, viu?”. Fiquei pensando, “eu não era presidente da CUT, eu não era presidente da CNBB, era presidente da CNTE, que é uma entidade reconhecida ali no governo porque a gente atrapalha muito o governo, mas não é assim tão conhecida da sociedade brasileira, e o presidente achou que devia dar um retorno e o deu”. Penso que muitas coisas se construíram nesse processo. Acho que o movimento conseguiu levar várias bandeiras: umas foram bem incorporadas, com suas próprias formulações, porque havia esses agentes que transitavam entre o movimento e o governo. É muito raro que alguns estamentos consigam, em algum momento da história, esse trânsito, mas eu acho que foi uma contribuição e nem sempre a contribuição coletiva é a melhor, a mais sofisticada, porque é uma soma, mas é a mais consistente, porque as pessoas acreditam e aí podem desenvolver e reproduzir.

L.: Quando a senhora diz da incorporação das lutas dos movimentos, em sua transformação em programas, temos como referência a política do governo que é o Brasil sem Homofobia. Mas a presidenta Dilma vetou os kit anti-homofobia. Qual foi a postura da CNTE, do sindicato? Qual foi a do movimento?

J.: Penso que a política de governo não é uma política só centrada nas pessoas. Num país tão presidencialista quanto o nosso, isso tem um peso importantíssimo. O que eu vejo? Vejo que o presidente Lula não é uma pessoa formada na esquerda, ele é um grande humanista. Então, as posturas que ele assimila da esquerda não é por causa de Gramsci, de Marx, é pela sua sensibilidade com a população, com as lutas, com a igualdade. Ele tem uma preocupação muito grande com isso. Qual é a formação da presidenta Dilma? É de quem se protegeu da ditadura militar, mas ela não transitou nesse mundo em que o presidente Lula transitou. Nós tivemos dificuldade com ela porque sua formação política é diferenciada, ela sempre esteve mais segura com as coisas de mais consistência técnica, tanto que na área da Educação houve um momento em que a formulação não era mais do Ministério da Educação, era da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Então, penso que não é no nível só do compromisso, acho que é da percepção, da sensibilidade das pessoas, pelas suas trajetórias. Nós tivemos várias dificuldades com relação ao período da presidenta Dilma, por esse peso maior para as questões mais técnicas do que para as questões políticas mesmo e acho que isso também nos criou dificuldades nas lutas feministas, porque sabemos que um dos fatores fortes, determinantes do *impeachment* foi pelo fato da presidenta ser uma mulher e, ao mesmo tempo, como ela se formou no período da ditadura, a ditadura é uma luta

que faz as pessoas se protegerem mais, se encastelarem mais. Então, era uma visão completamente diferente, mas a gente sempre procurou incidir, embora as dificuldades maiores do que com relação ao governo Lula, sem dúvida nenhuma.

L.: É que os kits eram destinados às escolas e faziam parte do Programa. Logo, o veto vai interferir diretamente na questão de como são abordadas as questões de gênero e identidades e combate à homofobia dentro da escola. Foi nesse sentido que eu perguntei o posicionamento dos sindicatos, posicionamento da CNTE, porque é uma luta que ela vem implantando, vem trazendo para os sindicatos. O veto é uma barreira forte, porque legitima outras vezes, como as da Escola sem Partido, da Lei da Mordaza, na minha leitura.

J.: Eu vejo assim também, a luta política desconstitui as pessoas que não são fortes no sentido partidário, acho que uma das debilidades da gestão da presidenta Dilma: ela representava um partido político, mas não era orgânica daquele partido político também. E isso, às vezes, faz a pessoa se orientar mais tecnicamente e achar que fazendo alguma concessão os ataques diminuem. Então, acho que o que faltou não foi para ela, foi para nós, para o PT, era perceber o quanto é forte a luta de classes nesse país. Acho que teve um tempo que ela ficou, porque na verdade as pessoas, elas não têm um preconceito, elas têm uma visão de classe, de que o preconceito faz parte, o preconceito integra também essa visão. Por exemplo, na época da primeira eleição, nós fomos contra interditar o debate sobre o aborto. Eu acho que não era o debate para você ir na esquina perguntar, não, mas era manter a posição. Esse debate foi pedido, não por ela, mas por algumas pessoas, “parem de falar sobre isso, parem de falar, deu, deu, parem, parem, não pode falar sobre aborto agora, só depois da eleição”. Então, essa interdição a gente não aceita porque nós não mudamos de opinião sobre isso e é uma interdição que não ia ganhar outros adeptos. Então, eu concordo com você, eu acho que não pode interditar o debate, não pode escamotear os debates na profunda luta de classes que a gente vive. Eu compreendo que os governantes têm muito mais limites do que o movimento, o movimento decide e faz. Por isso que eu, eu tive uma experiência de governo, tudo é difícil, você decide uma coisa, aí, 80 dias depois...; no movimento não, você decide hoje de manhã, de tarde começa a fazer, porque tem muito mais autonomia. Então, claro, você não pode exigir a mesma coisa, mas, acho que esse recuo conceitual foi um recuo que não representou nada de adesões para a política do governo, quer dizer, você deixa de atender os aliados, mas você não ganha os adversários, os adversários de projeto eles nunca vão estar sensíveis para as pautas que não dizem respeito à sua hegemonia, que é hegemonia econômica, política, cultural, racial enfim, como a gente conhece.

L.: Na base dos sindicatos de trabalhadoras/es em educação vamos encontrar muitas pessoas que se autodenominam LGBT. Quais foram as políticas que, na verdade, a CNTE conseguiu implantar quanto ao combate à homo-lesbo-bi-transfobia na escola?

J.: Não temos isso mensurado, seria preciso uma pesquisa específica para saber. O que temos são alguns retornos. O primeiro deles é: ao invés de ser pela positiva é pela negativa, onde não foi proibido discutir, achamos que foi um ganho! Uma política como essa precisa ser puxada meio que por osmose, ter três, quatro pessoas que banquem em cada Núcleo, porque ela não se universaliza, ela é muito difícil de universalizar porque você tem que romper com coisas seculares, você tem que não ter medo, tem uma série de condicionantes. Então acho que, onde a gente conseguiu ter alguns grupos que levaram adiante, tivemos ganhos. Acho que nós precisamos fazer uma pesquisa para ver o que mudou na escola. Outra questão refere-se a se as coisas estão andando ou não e, para isso, importante é saber da regularidade dos encontros, da política de financiamento, também, porque há temas que, se você não financia ficam apenas lá na resolução do congresso. Nesse sentido, penso que a CNTE avançou porque financia as políticas da mesma forma. Também penso que contribuímos para instituir a política nas escolas, de tê-la feito transitar onde foi possível, embora com muitas dificuldades. E agora, com o golpe que recrudesce, todas as políticas emancipatórias, todas as políticas civilizatórias, de uma maneira geral, ficaram comprometidas. Essas são lutas que precisam respirar na democracia. Eu acho que os sindicatos, os movimentos, eles têm um papel fundamental neste contexto porque, como se diz, não há mal que sempre dure, mas tem mal que demora muito, então acho que estamos vivendo um período muito difícil e as primeiras vítimas são as minorias e os que pensam diferentemente. Mas vejo que há um pensamento novo entre os mais jovens.

L.: Em 2015, no número 16 da revista Retratos da Escola, consta o posicionamento da CNTE contra a retirada dos termos gênero e orientação sexual do PNE. O reflexo dessa retirada são os estados e municípios que tentam tirar e, mesmo, proibir a discussão. Existe um movimento dos sindicatos docentes para que esses temas sejam incluídos dentro da escola?

J.: Penso que isso provocou uma reação, o que é bom e ruim. É bom que haja uma reação; e é ruim porque a ênfase do debate do PNE não foi o PNE, foi o preconceito, interditou-se o debate sobre os planos estaduais de educação, o debate foi sobre o preconceito. Penso que a categoria reagiu bem, mas, infelizmente, a tônica foi uma resposta defensiva. Foi um grande prejuízo.

L.: Quero voltar à nossa pesquisa, citada pela professora Márcia. Colhemos dados de 25 entidades filiadas à CNTE, uma por estado<sup>7</sup>, tendo por critério o maior número de filiados, menos o Acre, porque não conseguimos contato. Detectamos que só sete sindicatos, dos grandes sindicatos, têm nos seus estatutos secretarias que abordem temas relativos à diversidade sexual. Em sua opinião, por que temos tão pouca adesão nos sindicatos a essa discussão?

J.: Posso apenas conjecturar. A estrutura sindical é uma estrutura de poder e sua democratização se dá pelos coletivos, pela participação maior das mulheres, abrir espaço para a juventude, que temos poucos sindicalizados jovens, mas estamos tentando uma política de inclusão. Se você pegar todos os eleitos de uma diretoria de um sindicato e colocar as secretarias para escolher, os dirigentes que têm mais força vão escolher a presidência, a secretaria geral, a secretaria de finanças, a secretaria de formação, a educacional; sendo as demais políticas secundarizadas. Essas políticas têm uma transversalidade, você não enxerga resultados focadamente. Quando aparecem resultados é porque se mobilizou outras coisas, você mobilizou a cultura. Outro motivo é porque a escolha também tem a ver com a identidade que as pessoas têm, com a luta. Por exemplo, apesar de muitas mulheres em nossos sindicatos, muitos deles também são machistas, temos uma cultura machista e a contingência da luta pelo poder, pois essas temáticas não respondem a quem quer acessar o poder, são temáticas que exigem democratização, diálogo, formulação, tempo e, por isso, acho que é um processo mais lento, não tendo sido, ainda, devidamente incorporado.

L.: A senhora acredita que, assim como o exemplo da Internacional da Educação, determinadas causas tenham que ter o ator específico para trazer essas discussões? É preciso realmente que se tenha uma pessoa LGBT dentro do sindicato para discutir-se isso?

J.: Olha, eu vejo o seguinte, as mulheres não avançaram porque os homens acharam que podiam recuar; não, elas avançaram porque empurraram. Penso que todas as lutas são assim, você não transfere bandeiras, se você acredita numa coisa, precisa ter mais protagonismo mesmo. Isso é fundamental porque quem acredita é quem move, é quem entusiasma, quem contamina os outros. Agora, acho também que não pode ser uma discussão para os iguais, é discussão para os diferentes, para quem não está convencido. As duas coisas se combinam: o protagonismo é indispensável, mas protagonismo para quê? Para que os outros sejam partícipes dessa transformação. A secretaria não pode ser um espaço de discutir entre nós,

---

<sup>7</sup> No estado do Rio de Janeiro não há sindicato filiado à CNTE.

embora tenhamos algumas ferramentas importantes, como as redes, que são importantes porque retroalimentam, porque são formativas etc. Nós somos preconceituosos em muitas coisas e o exercício de poder também tem que ser um exercício de superação de preconceitos, pois todos estamos submetidos a eles.

M.O.: Muito obrigada, Juçara, para nós, foi uma honra que tenhas aceitado conversar conosco todas essas horas!

## Referências

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p.133-184, jul./dez., 1995.

CODO, Wanderley (Coord). *Educação: carinho e trabalho*. Petrópolis/Brasília: Vozes/CNTE/UnB, 1999. 432p.

ORSATO, Andréia. *"Como mulher e deputada": a presença feminina na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1951-2011)*. 2013. 278f. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

PINTO, Céli R. J. Uma mulher "recatada": a deputada Suely de Oliveira (1950-1974). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p.565-587, jul./dez. 2014.

VIEIRA, Juçara M. D. *Ciranda das Loucas*. Brasília: Ler Editora, 2013. 70p.

\_\_\_\_\_. *Identidade expropriada: retrato do educador brasileiro*. 2 Ed. Brasília: CNTE, 2004. 80p.

\_\_\_\_\_. *Piso salarial para os educadores brasileiros: quem toma partido?* 2012. 276f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

Recebido em: 06/09/2017.  
Aceito em: 29/10/2017.

**Márcia Ondina Vieira Ferreira**

Doutora em Sociologia pela Universidade de Salamanca (Espanha), com pós-doutorado na FLACSO/Argentina, é professora do PPGE/UFPEL, bolsista de produtividade em pesquisa(CNPq) e coordenadora do Grupo de Pesquisas Processo de Trabalho Docente. Pesquisa e orienta trabalhos sobre as temáticas trabalho docente, relações de gênero e sindicalismo docente. Contato: [marciaondina@uol.com.br](mailto:marciaondina@uol.com.br)

**Luciano Pereira dos Santos**

Mestre em Educação pela UFPEL, é doutorando no PPGE/UFPEL e componente do Grupo de Pesquisas Processo de Trabalho Docente. Desenvolve estudos sobre sindicalismo docente, gênero e sexualidades. Contato: [lucianopereiraluciano@gmail.com](mailto:lucianopereiraluciano@gmail.com)

**Márcia Cristiane Völz Klumb Coronel**

Mestre em Educação pela UFPEL, é doutoranda no PPGE/UFPEL, professora na EMEF Presidente Floriano Peixoto (Novo Hamburgo) e componente do Grupo de Pesquisas Processo de Trabalho Docente. Desenvolve estudos sobre sindicalismo docente e gênero. Contato: [marciavolz@yahoo.com.br](mailto:marciavolz@yahoo.com.br)

**Andréia Orsato**

Doutora em Ciência Política pela UFRGS, é pós-doutoranda no PPGE/UFPEL, professora no IFSul e componente do Grupo de Pesquisas Processo de Trabalho Docente. Desenvolve estudos sobre participação política, gênero e democracia. Contato: [andreaorsato@gmail.com](mailto:andreaorsato@gmail.com)